

Formas de contratação de professores na Rede Estadual Paulista: retratos da precariedade?

Selma Borghi Venco (PQ), Letícia Passariello Pral (IC).

Resumo

A pesquisa desenvolvida teve como objetivo construir séries históricas referentes aos tipos de contratação dos professores que atuam nos Ensinos Fundamental II e Médio, praticados pelo governo do estado de São Paulo. Importou verificar a dimensão da precariedade nas relações de trabalho, cuja hipótese é que os contratos de trabalho mais frágeis incidiriam predominantemente sobre as mulheres. Constatou-se que a professores temporários respondem, em média, pela metade do contingente.

Palavras Chave: Trabalho feminino, trabalho docente, precariedade.

Introdução

A política educacional no estado de São Paulo tem adotado a nova gestão pública desde os anos 1990, coincidindo com as reformas educacionais promovidas no governo FHC. Um dos reflexos observados reside nas formas de contratação dos professores, a qual pode ser entendida como uma forma de terceirização no setor público. A admissão de profissionais sem submeter-se a concurso público se caracteriza como uma medida de redução de custos, uma vez que os professores temporários não possuem direitos como os efetivos.

A fim de embasar essa análise construiu-se uma série histórica para o período compreendido entre 2000 e 2015, destacando as características relativas ao tipo de contratação, sexo e idade, com vistas a verificar a existência, ou não, da precariedade nas relações de trabalho expressa pelo quantidade de professores não concursados. Essa análise permitiu identificar o movimento concernente à contratação de docentes na rede estadual paulista, assim como tecer considerações relativas às relações sociais de sexo e à participação de homens e mulheres em condições precárias no trabalho docente nas escolas públicas estaduais paulistas.

Resultados e Discussão

A pesquisa de caráter documental e bibliográfica abordou conceitos sobre o estabelecimento de estigmas na sociedade, conhecendo as obras de Goffman (2004), Norbert Elias (2000), Kergoat (1986), além dos dados estatísticos da SEE-SP. esse mais próximo dos aspectos naturais, Entre os professores da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, 75% são mulheres e a maioria dessas profissionais encontram-se

atuando no ensino fundamental I e educação infantil.

Constatou-se que em 2000 havia 51% de professores não efetivos, conservando o mesmo percentual 5 anos após, é reduzido ligeiramente em 2010 para 46% caindo para 33% em 2015, momento que o governo decide demitir os professores temporários que estavam em “duzentena”. Com isso, as turmas foram organizadas com mais alunos, a fim de fazer face à ausência de professores.

Conclusões

Constatou-se que a precariedade está presente na educação paulista há décadas. Esse cenário que não se mostra favorável ao reconhecimento social do trabalho feminino que segue mais precário em relação aos homens professores e sua ampla participação na categoria justifica os baixos salários praticados. É necessário aprofundar os estudos sobre as relações de dominação na sociedade e a diferenciação entre homens e mulheres. Em um ambiente como a escola, esses padrões de comportamento são reproduzidos, e apesar de velados, são passados para as futuras gerações como um “currículo oculto”, contribuindo assim para a desvalorização do trabalho feminino.

Agradecimentos

Agradeço aos que me auxiliaram na formulação dessa pesquisa e a Prof^a Dr^a Selma Borghi Venco, que me deu a chance de trabalhar com ela e desenvolver esse importante estudo.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo In: HIRATA, Helena, (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.